

Atendimento educacional especializado: uma análise sobre pesquisa em universidades brasileiras (2002-2012)

Claudio Roberto Baptista (UFRGS)
baptistacaronti@yahoo.com.br

Priscila Martini Pedó (FAPERGS/UFRGS)
priscilapedo@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desta reflexão é apresentar uma análise acerca da pesquisa desenvolvida na pós-graduação *stricto sensu* sobre o atendimento educacional especializado no país, estabelecendo um paralelo com o cenário da política educacional e as alterações relativas à educação especial, por meio da análise documental de teses e dissertações produzidas entre os anos de 2002 e 2012. De abordagem qualitativa, o estudo foi realizado dando prioridade ao levantamento bibliográfico efetuado no Portal de Teses e Dissertações da CAPES. Analisando os 77 trabalhos selecionados, percebe-se que houve um crescimento acentuado na produção de pesquisas durante os anos de 2010 e 2011, possível reflexo de fatores políticos, como a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e da Resolução 04/2009 CNE-CEB. Os resultados colocam em evidência as possíveis relações entre políticas públicas e a pesquisa acadêmica, além de explicitarem a desigualdade da distribuição geográfica das investigações. Os dados apontam para a importância de se estimular o desenvolvimento da pesquisa sobre o atendimento educacional especializado nas diferentes regiões do país, visando à construção e expansão de conhecimentos referentes à temática.

Palavras-chave: Educação especial. Atendimento educacional especializado. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This paper aims at presenting an analysis on a research developed in *stricto sensu* post-graduation about specialized educational service in the country, establishing a parallel with the educational policies scenario and the modifications concerning special education, by means

of a document analysis of thesis and dissertations produced between the years of 2002 and 2012. With qualitative approach, the study was done prioritizing the bibliographic collection on the CAPES Portal of Thesis and Dissertations. Analyzing the 77 selected papers, it's noticeable that there has been an accentuated growth in the production of researches during the years of 2010 and 2011, possible reflection of political factors, such as the approval of the Special Education in the Perspective of Inclusive Education National Policy, in 2008, and of the Resolution 04/2001 CNE-CEB. The results highlight the possible relationship between public policies and academic research, in addition to evidencing the inequality in the geographic distribution of the investigations. The data points to the importance of stimulating the development of research about specialized educational service at different regions of the country, aiming at constructing and expanding the knowledge regarding the topic.

Keywords: Special education. Specialized educational service. Educational policies.

O debate contemporâneo sobre a inclusão escolar e a educação especial permite que se identifique o conceito de atendimento educacional especializado como um de seus eixos prioritários. Esse conceito está presente na Constituição Federal de 1988 (Art. 208), quando existe a afirmação de que a educação é um dever do Estado e que este deve ser assegurado por meio da garantia do atendimento educacional especializado. Apesar disso, a ênfase temático-conceitual que destaca esse termo ocorre apenas em momentos mais recentes. O cenário posterior a 2008, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), deu visibilidade a novos dispositivos legais e pedagógicos na busca de reconfigurar a educação especial brasileira (BAPTISTA, 2011; KASSAR & REBELHO, 2011). No que diz respeito ao atendimento educacional especializado, essa reconfiguração está associada a muitas interrogações que mobilizam os profissionais e os investigadores da área: como devem ser configurados os serviços? Quais são as possibilidades de transformação de estruturas existentes para a oferta de um serviço que, de acordo com as atuais diretrizes, deveria ser complementar ou suplementar, favorecendo a escolarização no ensino comum? Como conceber um espaço físico para a oferta de apoio especializado, no sentido de propiciar ao aluno uma gama de novas e estimulantes experiências de aprendizagem que,

apesar de sua conexão com as atividades de sala de aula, não se constituam em mera repetição ou simplificação de atividades já desenvolvidas nesse espaço? Em que medida o trabalho com o aluno com deficiência¹ pode contemplar atividades individuais em contexto diferente da sala de aula comum e/ou deve ser pensado em modo coletivo envolvendo diferentes grupos de alunos? O professor que se ocupa do atendimento educacional especializado deve ser formado a partir de quais princípios e em quais propostas acadêmicas?

Destacamos alguns dos desafios que se constituem em perguntas difíceis de serem respondidas. Essa dificuldade está vinculada ao desconhecimento que permeia a área da educação especial, apesar de sua história e da existência de serviços que, em muitos casos, acumulam décadas de experiência. Essa “experiência” torna-se frequentemente um obstáculo em função das grandes alterações nas diretrizes. Aquilo que sabemos nem sempre é suficiente diante das novas exigências. Por isso, a pesquisa que contempla as interrogações que persistem deve ser valorizada no sentido de acumularmos conhecimento, refletirmos com base em diversificadas experiências e, na medida do possível, instituímos processos avaliativos sobre aquilo que fazemos. O presente texto procura contribuir com esse debate.

Estas reflexões inserem-se em um projeto mais amplo, que investiga a implementação de políticas de inclusão escolar no estado do Rio Grande do Sul. A busca de conhecimento procura, assim, estar atenta aos processos, identificando percursos, experiências e dispositivos que possam nos ajudar a compreender como existe uma reinterpretação contínua daquilo que designamos educação e atendimento educacional especializado. A busca de conhecimento dirigida a um contexto específico deve, necessariamente, apresentar nexos com a história recente do conhecimento produzido na área. Nesse sentido, o universo da pós-graduação *stricto sensu* é um espaço privilegiado por concentrar a pesquisa e a formação acadêmica de destaque.

¹ Embora a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 defina o alunado da educação especial como aqueles com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, utilizaremos ao longo deste texto a expressão ‘alunos com deficiência’ para nos referirmos a esse alunado, em função de sua prevalência numérica e da configuração de desafios associados aos serviços que apresentam características pedagógicas semelhantes àquelas relativas aos demais grupos de sujeitos.

O atendimento educacional especializado, previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, é descrito no Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008², como

o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Além de informar acerca dos estudantes que compõem o público-alvo do atendimento educacional especializado, ou seja, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, os documentos apontam para o caráter complementar ou suplementar desse atendimento, não substitutivo à escolarização realizada em classes comuns. Assim como não substitui a escolarização, o atendimento educacional especializado também não deveria assumir um papel de reforço escolar, mas deve ter como meta o desenvolvimento das potencialidades do estudante, sua autonomia e independência dentro e fora da escola.

Ainda segundo o referido Decreto:

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

² Esse decreto foi posteriormente revogado pelo Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, sem que tenham sido alteradas as principais diretrizes no que se refere à definição do atendimento educacional especializado e às possibilidades de sua oferta.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Partindo da premissa de que as escolas devem acolher todos os alunos e que a escolarização deve acontecer em classes comuns do ensino regular, os documentos anunciam as salas de recursos como locus prioritário desse atendimento, caracterizando-as como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”.

Segundo o documento Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2006):

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (p. 17).

No que diz respeito ao perfil do professor que atua nas salas de recursos, o mesmo documento aponta que ele “deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos”. Quanto às suas atribuições, elas perpassam desde a elaboração de materiais didático-pedagógicos até a articulação entre gestores, professores, família e comunidade escolar. Ele deve trabalhar

de forma colaborativa com o professor da classe comum, organizando “estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo” (BRASIL, 1996, p. 17) além de “promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola” (op. cit., p. 17).

Compreender o processo de ressignificação do atendimento educacional especializado passa a ser uma das principais tarefas para a área da educação especial. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise reflexiva acerca da pesquisa realizada sobre a ação pedagógica em educação especial no Brasil, considerando o período de 2002 a 2012. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que foi realizada com base na análise de documentos, tendo como prioridade o levantamento bibliográfico realizado no Portal de Teses e Dissertações da CAPES. No processo de busca, foram utilizados como descritores os termos “Atendimento Educacional Especializado”, “AEE”, “Atendimento Educacional”, “Atendimento Especializado”, “Apoio Educacional Especializado”, “Apoio Especializado”, “Ação docente”, “Prática pedagógica” e “Ação pedagógica”. Em uma segunda etapa, esses descritores foram cruzados com os termos “educação especial” e “inclusão escolar”, procurando, desta forma, abranger o maior número possível de produções de nosso interesse armazenadas no banco de dados. O levantamento das pesquisas ocorreu a partir da análise do resultado das buscas, para cada ano de interesse - 2002 a 2012 -, considerando inicialmente os títulos, as palavras-chave e os resumos. Desse modo, chegamos ao conjunto de 77 pesquisas distribuídas entre os anos de 2002 e 2012 que constituem o corpus de análise.

Em momento posterior, os resumos de todos os trabalhos foram lidos e analisados. A partir dessa análise, nosso investimento passou a ser dirigido a alguns trabalhos para a análise integral do texto, assim como para a identificação de outras produções que pudessem nos auxiliar nas presentes reflexões. Por ser o atendimento educacional especializado um tema abrangente, que possui relações com diversas áreas, as produções foram classificadas e organizadas em categorias, para facilitar a análise dos dados.

Justifica-se o início do mapeamento pelo ano de 2002 em função da aprovação, no final do ano anterior, da Resolução 02/2001 CNE-CEB, que instituiu as diretrizes educacionais para a educação especial na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades. Essa resolução intensifica

a perspectiva valorizadora da inclusão escolar anunciada na LDB 9394/96, no que diz respeito à educação especial, pois esta passa a ser concebida como modalidade educacional transversal a todas as etapas da Educação Básica (GARCIA & MICHELS, 2011).

Dos 77 trabalhos selecionados, cinco são teses de doutorado e 72 são dissertações de mestrado. Quanto à procedência dos trabalhos, predominam os provenientes das instituições de ensino superior públicas (87%) em detrimento das instituições privadas (13%), sendo UFRGS (9 trabalhos), UFSCar (7 trabalhos), USP (5 trabalhos) as instituições com maior quantidade de produções (Quadro 1). Em relação à proveniência regional, predominaram os trabalhos procedentes das regiões Sudeste e Sul (47% e 31%, respectivamente), contabilizando, estas duas regiões, 78% da produção nacional. A região Nordeste responde por 15% dos trabalhos e a região Centro-Oeste por 5%, havendo apenas um trabalho proveniente da região Norte. É interessante apontar que o estudo contemplou produções de 32 universidades brasileiras, sendo que 14 delas estão situadas na região Sudeste, 11 na região Sul, 04 na Nordeste, 02 na Centro-Oeste e uma na região Norte do país.

Quadro 1 - Distribuição das pesquisas sobre atendimento educacional especializado desenvolvidos por discentes³ de cursos de Mestrado e Doutorado nos Programa de pós-graduação no Brasil entre 2002 e 2012.

Instituição	Autor/ano
UFRGS	DELEVATI, A. C. (2012); SPERB, C. C. (2012); BENINCASA, M. C. (2011); BRIDI, F. R. S. (2011); MARTINS, D. S. (2011); SANTOS, L. M. (2011); SILVA, J. A. (2011); SOARES, C. H. R. (2011); ABREU, D. M. G. (2002)
UFSCar	MILANES, J. B. (2012); CASTRO, S. F. (2011); VELTRONE, A. A. (2011); VELTRONE, A. A. (2008); PETRECHEN, E. H. (2006); ALPINO, A. M. S. (2003); ROCHA, J. C. M. (2002)
USP	DIAS, M. C. (2010); QUIROZ JÚNIOR, E. (2010); SILVA, M. F. N. (2010); MAGRO, C. M. T. A. (2008); SOUSA, N. F. (2002)
UFMS	JESUINO, M. S. (2012); REBELO, A. S. (2012); BRUNO, A. G. G. (2006); MUNIZ, E. P. (2006)

³ A opção de inserir um quadro com a identificação dos autores permite que o leitor conheça os resultados de nossas buscas. Para os trabalhos defendidos após o ano de 2006, existe grande probabilidade que estes possam ser encontrados em sua versão completa nos ambientes digitais das universidades, pois a partir desse ano a CAPES passou a exigir que ocorra esse tipo de divulgação.

Instituição	Autor/ano
UFES	EFFGEN, A. P. S. (2011); PEREIRA, I. C. J. (2011); SOUZA, D. A. (2009); CRUZ, C. (2007)
UEM	SILVA, A. C. (2011); GATTO, D. P. (2010); BRANDÃO, S. A. H. (2007); AZEVEDO, E. M. V. M. (2006)
Mackenzie	VITAL, A. A. F. (2009); RODRIGUES, L. A. (2006); SILVA, R. S. (2006); PRADO, T. M. C. (2003)
UNESP	SCHIAVON, D. N. (2012); MOSCARDINI, S. F. (2011); CARVALHO, L. R. S. P. (2002); RISTER, M. C. P. A. (2002)
UECE	CARDOSO, A. P. L. B. (2011); PAZINI, M. R. C. (2011); RODRIGUES, G. F. (2011); SILVA, F. G. (2011)
UFCE	CARVALHO, K. E. B. (2012) OLIVEIRA, M. V. M. (2007); VIANA, T. V. (2003)
UFBH	SANTOS, A. D. W. (2011); GALVÃO, N. C. S. S. (2010)
PUC-RS	SILVEIRA, C. M. (2010); TURSKY, D. (2009)
UEMG	GOYATÁ, M. C. V. (2011); RODRIGUES, E. S. (2010)
UERJ	REDIG, A. G. (2010); RAMOS, V. P. (2009)
UFRN	BEDAQUE, S. A. P. (2012); RODRIGUES, A. S. (2007)
UFSC	FERREIRA, S. M. (2011); BOROWSKY, F. (2010)
UFU	ALMEIDA, D. C. S. (2011); GOMIDE, A. B. (2009)
Unicamp	BARBOSA, M. C. (2012); BARRETO, L. M. S. (2010)
FURB	DIAS, A. N. (2012)
PUC-SP	ARAÚJO, E. T. (2006)
UEL	LOPES, E. (2010)
UEPG	CASAGRANDE, R. C. (2011)
UFF	LOPEZ, A. L. A. C. (2006)
UFPB	ALMEIDA, W. G. (2010)
UFPR	SAKAGUTI, P. M. Y. (2010)
UFSM	HEINSCH, Z. (2006); HERMES, S. T. (2012)
UMESP	GIORGI, H. O. P. (2007)
UnB	PINTO, V. F. F. (2010)
UNIR	FONTES, D. C. (2012)
UTP	GONÇALVES, E. C. (2011)

No que se refere à produção por ano de defesa, observa-se que houve um crescimento acentuado na produção de pesquisas durante os anos de 2010 e 2012. Observa-se que durante o período de tempo compreendido entre os anos de 2002 e 2009 produziram-se 29 trabalhos com a temática relacionada ao atendimento educacional especializado. Diferentemente, entre os anos de 2010 e 2012 produziram-se 48 trabalhos. Em termos quantitativos, pode-se dizer que os programas brasileiros de pós-graduação

produziram nesses últimos três anos um número mais elevado de trabalhos acadêmicos do que o produzido durante os oito anos anteriores.

Podemos supor que a valorização recente da temática atendimento educacional especializado seja um dos fatores preponderantes para a alteração no ritmo da produção acadêmica dirigida a esse assunto. Acredita-se que este crescimento acentuado seja um possível reflexo de fatores políticos, como a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e da Resolução 04/2009 CNE-CEB, resolução esta que institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação especial, modalidade da educação básica. Ambas, política e resolução, intensificam a exigência de matrícula de alunos com deficiência no ensino comum, valorizando a oferta do atendimento educacional especializado como complementar ou suplementar à escolarização.

Se observarmos dados do Ministério da Educação relativos à evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial, considerando o censo escolar do INEP, veremos que existe uma clara tendência de aumento dessas matrículas no ensino comum e de sua redução quando consideramos as classes e escolas especiais. Essa tendência mostra-se acentuada desde 1998, mas a partir de 2008 o percentual de matrículas em escolas regulares/classes comuns ascende, passando de 47% em 2007, para 54% em 2008, chegando a 74% em 2011. Da mesma forma, o percentual de matrículas desses estudantes em escolas especializadas e em classes especiais cai de 53% em 2007 para 46% em 2008, atingindo 26% no ano de 2011.

A análise dos trabalhos selecionados mostra que a relação identificada entre a pesquisa e a política é uma perspectiva compartilhada com alguns dos autores. Rebelo (2012) discute os impactos da política de atendimento educacional especializado na matrícula de alunos com deficiência no município de Corumbá (MS), considerando o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, de 2007. Os resultados da pesquisa indicam que as iniciativas propostas em lei têm provocado um aumento no número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino, ainda que pequeno.

Almeida (2010) analisa os discursos dos professores sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva e seus desdobramentos nas escolas da rede regular no município de Gurinhém, Paraíba, apontando para uma realidade ainda distante entre o discurso oficial da política, as mudanças

e metas por ela propostas e a prática observada nas escolas. Tais reflexões mostram que a compreensão dos movimentos que ocorrem em contextos específicos não pode prescindir de uma análise da história que caracteriza esses serviços e essas instituições, considerando a grande heterogeneidade existente no território nacional.

Ao discutir o papel da educação especial e de suas modalidades de atendimento educacional especializado considerando a Educação Inclusiva, Reding (2010) analisa a narrativa de professoras especialistas que atuam em classes especiais, em salas de recurso e itinerância com alunos com deficiência intelectual no município do Rio de Janeiro. As narrativas destacam a importância da formação continuada para o atendimento educacional especializado, a dificuldade de interação com os professores do ensino regular e a necessidade de adaptações curriculares, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Essa parece ser uma tendência na análise relativa à complexidade do trabalho associado ao atendimento educacional especializado: os desafios se intensificam quando se avança para os anos de escolarização superior ao ciclo básico.

Silva (2010) analisa os argumentos utilizados pelos professores de classes comuns ao encaminharem seus alunos para as salas de recursos, buscando compreender seus motivos e expectativas. Conclui que os motivos que justificam o encaminhamento relacionam-se à expectativa dos professores de que, frequentando a sala de recursos, haja uma recuperação na defasagem da aprendizagem. A autora enfatiza a “preocupação de que as salas de recursos sejam depositárias da responsabilidade pela alteração da condição de aprendizagem dos alunos, sem que ocorram transformações no trabalho das classes comuns” (p. 8).

Considerando a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e a Educação Infantil, Benincasa (2011) buscou descrever como se configuram os serviços de Educação Precoce e Psicopedagogia Inicial⁴, refletindo sobre os seus possíveis efeitos. É dado destaque à importância da articulação entre a

⁴ Educação Precoce (EP) e Psicopedagogia Inicial (PI) são duas modalidades de um serviço de atendimento especializado ofertado às crianças com deficiência nas escolas municipais especiais de ensino fundamental da rede municipal de Porto Alegre. A Educação Precoce é voltada às crianças de 0 a 3 anos de idade com problemas de desenvolvimento detectados antes, durante ou depois do nascimento. Já a Psicopedagogia inicial se destina a crianças de 3 a 5 anos, oriundas ou não da Educação Precoce.

educação especial e a educação infantil na construção das propostas pedagógicas e às variadas formas de compreensão, por parte dos educadores, sobre a inclusão escolar.

Effgen (2011) investiga as possibilidades de articulação entre o currículo escolar e a escolarização de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento em processos de inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. Conclui que a formação continuada é uma ação que pode apontar possibilidades de trabalho pedagógico com os alunos alvo da educação especial na escola comum, assim como indicar pistas para se chegar a um currículo comum dirigido a esses estudantes. Também aponta para a necessidade de articulação entre atendimento educacional especializado e a sala de aula do ensino comum.

Compreendendo “desenvolvimento e aprendizagem como fenômenos complexos, inter-relacionados e co-construídos”, Pinto (2011) busca descrever e analisar as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem, a partir dos processos de interação entre uma professora e uma criança em espaço de atendimento educacional especializado, no caso, a sala de recursos. Conclui que as possibilidades presentes nesse espaço são potencializadoras do desenvolvimento e da aprendizagem. A autora destaca ainda a importância da ação mediada para o desenvolvimento e a aprendizagem.

Dando enfoque ao ensino médio, Soares (2011) apresenta reflexões acerca das opções pedagógicas que podem ser disponibilizadas aos alunos surdos que frequentam o ensino comum. Atentando para o redimensionamento das práticas da escola comum, o autor ressalta que a inclusão desses alunos nesse espaço, apesar dos desafios das diferentes formas de comunicação, é uma opção rica tanto para os alunos surdos, quanto para os ouvintes e para o restante da comunidade escolar. Tais reflexões mostram-se singulares por estarem respaldadas em iniciativa que desenvolve a escolarização de alunos surdos, no ensino médio, em escola regular pertencente a uma rede pública municipal do Rio Grande do Sul. O autor mostra que, no caso desses alunos, a concepção de atendimento educacional especializado possuía uma conotação plural, pois estava associada a um conjunto de apoios diferenciados que se somavam ao trabalho do professor de sala de recursos.

Veltrone (2011), atentando para o fato de que é necessário identificar e caracterizar o aluno elegível ao atendimento educacional especializado, busca descrever os processos de avaliação pelos quais passam esses estu-

dantes. Colhendo dados em cinco municípios paulistas, a autora constata que não há diretrizes comuns no processo de avaliação para identificação e discute a necessidade de padronizar esse processo, procurando evitar arbitrariedades e a intervenção de subjetividades. Os aspectos destacados pela autora constituem, sem dúvida, um ponto de extrema delicadeza para a área da educação especial. Historicamente, houve uma ação de profissionais como o médico e o psicólogo na avaliação inicial. Consideramos que há significativas mudanças nessa diretriz, no sentido de reconhecer que o professor especializado em educação especial passe a ter um papel relevante no processo de identificação dos alunos identificados como “público alvo da educação especial”. Essa compreensão, embora não seja a predominante no contexto brasileiro, tem apoio nas diretrizes ministeriais e foi analisada como parte de um contexto específico investigado por Bridi (2011), em Santa Maria - RS.

Considerações finais

Analisando os trabalhos selecionados, percebe-se que a maior parte debruça-se sobre o atendimento educacional especializado ofertado a estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental ou ensino fundamental I. São temas recorrentes: a necessidade e a importância da oferta de formação continuada aos educadores, tanto aos que atuam nas classes comuns quanto aos que atuam em salas de recursos; a falta de articulação existente entre o ensino regular e a educação especial; a importância de serem implementadas mudanças na estrutura curricular, com vistas à permanência do aluno no ensino regular além da atenção dirigida à efetiva possibilidade de aprendizagem e apropriação do conhecimento por parte desse aluno; a dificuldade em avaliar a aprendizagem dos alunos com deficiência; a importância do diálogo entre a família e a escola para o sucesso do processo inclusivo.

Os resultados da pesquisa colocam em evidência as possíveis relações entre políticas públicas e a pesquisa acadêmica, já que se percebe um aumento no número de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros relacionadas à temática do atendimento educacional especializado entre os anos de 2010 e 2012, após a implementação de uma série de programas ministeriais, como foi destacado por Baptista (2011), e depois da aprovação da Política Nacional de Educação Especial

na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e da Resolução 04/2009 CNE-CEB, que suscitaram discussões acerca da educação especial e da inclusão escolar fomentadas pela exigência legal desse processo como uma decorrência do teor constitutivo da referida resolução. A análise dos dados também explicita a desigualdade da distribuição geográfica das investigações, provavelmente pelo fato de as regiões Sudeste e Sul concentrarem a maior parcela dos programas de pós-graduação do país. Os dados apontam para a importância de se estimular o desenvolvimento da pesquisa sobre o atendimento educacional especializado nas demais regiões do país, visando à construção e expansão de conhecimentos referentes à temática.

Referências

- ALMEIDA, W. G. **A política nacional de educação inclusiva: um estudo de escolas na rede municipal de Gurinhém, Paraíba.** 01/09/2010. 1 v. 12 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2010.
- BAPTISTA, C. R. **Ação Pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de atendimentos especializados.** Rev. Bras. Ed. Especial. vol. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, 2008.
- _____. Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado.** MEC/SEESP, 2006.
- _____. **Decreto n° 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2008.
- _____. **Decreto n° 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- _____. **Resolução n° 04**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
- BENINCASA, M. C. **Educação especial e educação infantil: Uma análise de serviços especializados no município de Porto Alegre.** 01/03/2011. 1 v. 185 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRIDI, F. R. S. **Sobre os processos de identificação e diagnóstico: os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional.** 1 v. 211 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

EFFGEN, A. P. S. **Educação especial e currículo escolar: possibilidades nas práticas pedagógicas cotidianas.** 01/11/2011. 1 v. 221 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. **A Política da Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT-15 - Educação Especial da Anped.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.17, p.105-124, maio/ago. 2011.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. (Orgs.) **Prática Pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

PINTO, V. F. F. **Interações professor-aluno na sala de recursos: a co-construção da aprendizagem e suas contribuições para o desenvolvimento.** 01/06/2010. 1 v. 177 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

REBELO, A. S. **Os impactos da política de atendimento educacional especializado: análise dos indicadores educacionais de matrícula de alunos com deficiência.** 2012. 1 v. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS.

REDIG, A. G. **Ressignificando a educação especial no contexto da educação inclusiva: a visão de professores especialistas.** 01/02/2010. 1 v. 184 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, M. F. N. **Encaminhamento de alunos para salas de recursos: análise sobre os argumentos apresentados por professores de classes comuns.** 01/04/2010. 1 v. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOARES, C. H. R. **Inclusão, surdez e ensino médio: perspectivas e possibilidades para o Atendimento Educacional Especializado.** 01/05/2011. 1 v. 95 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VELTRONE, A. A. **Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização.** 01/06/2011. 1 v. 193 p. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.